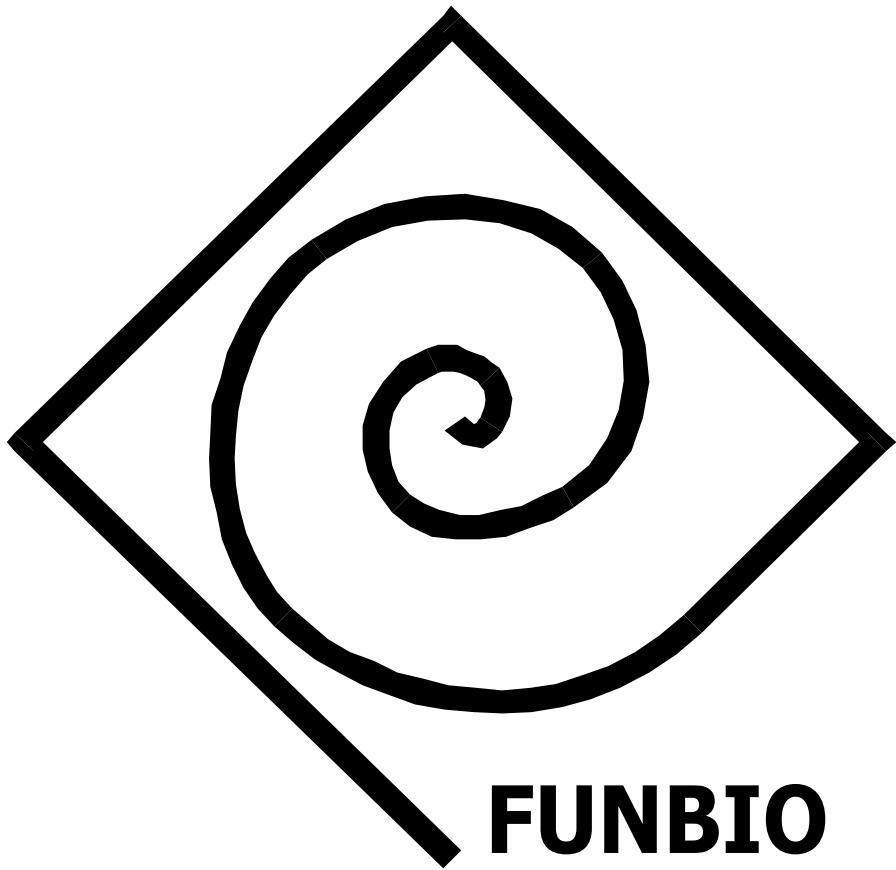


RELATÓRIO ANUAL 1998



Sumário

- 3 CARTA DO PRESIDENTE
- 4 APRESENTAÇÃO
- 6 A BIODIVERSIDADE EM 1998
- 9 GESTÃO
- 10 MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO
- 12 MEMBROS DA SECRETARIA EXECUTIVA
- 13 PROJETOS APOIADOS
- 19 NOVAS LINHAS DE FOMENTO
- 21 PERSPECTIVAS

Carta do Presidente

É com satisfação que apresento o segundo Relatório Anual do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), relativo ao ano de 1998. Nele são prestadas informações sobre a execução dos projetos selecionados para apoio financeiro através do Edital 96/97; sobre as novas linhas de fomento, resultantes da avaliação das experiências iniciais de apoio à conservação e ao uso sustentável da diversidade biológica do país; sobre os procedimentos adotados para captar os recursos financeiros necessários para fechar uma primeira etapa da composição do seu fundo patrimonial; e sobre a sua situação financeira geral.

Com respeito aos dez projetos atualmente apoiados pelo FUNBIO, estes têm-se revelado não apenas uma contribuição concreta para a preservação da biodiversidade no Brasil, mas também um estimulante aprendizado sobre as diferentes modalidades de projetos exigidas pela diversidade de possibilidades e necessidades existentes nesse universo.

Sobre captação de recursos, do mesmo modo como o FUNBIO busca inovar nas modalidades de fomento a projetos, busca também conceber novas formas de alavancagem de recursos financeiros. Os Fundos de Parceria são procedimentos novos, que visam atrair recursos oriundos principalmente do setor privado, especificamente destinados ao apoio de iniciativas de interesse comum dos doadores e do FUNBIO.

Ressalta-se os esforços do FUNBIO para conhecer e analisar a ação de outras frentes de apoio à conservação da biodiversidade nacional, na busca de espaços de oportunidade que lhe assegurem uma intervenção necessária e complementar a esses esforços. A participação nessa rede tem possibilitado a proposição de novos instrumentos, tal como o Fundo de Apoio a Planos de Negócios para iniciativas produtivas e comerciais sustentáveis já em andamento.

A situação financeira geral do Fundo é saudável e estável. No que pesem as turbulências dos mercados financeiros, os investimentos do FUNBIO mantiveram-se dentro de padrões estabelecidos para o administrador. O relatório do auditor atesta o bom uso dos recursos que lhes foram doados.

Dirijo-me, assim, a todos os setores nacionais interessados: à academia, às ongs, ao Governo e, em particular, ao setor produtivo privado nacional, chamando sua atenção para o valor e as potencialidades dos recursos biológicos do país, convidando-os a conhecer mais detalhadamente o trabalho em realização pelo FUNBIO e estimulando-os a participar desse esforço. Acredito ser esse um desafio merecedor da nossa atenção.

ROBERTO KONDER BORNHAUSEN
Presidente do Conselho Deliberativo do FUNBIO

Apresentação

A possibilidade e as condições de vida na biosfera terrestre resultam da interação de uma multiplicidade de elementos dependentes uns dos outros para sua própria sobrevivência. Ecossistemas, animais, plantas, microorganismos, terrestres e aquáticos, isolados ou associados, interagem entre si, criando as condições que permitem a vida e a sua adaptação às mudanças ambientais. Chama-se a esse complexo de biodiversidade.

Nessas interações são produzidos tanto elementos essenciais para a manutenção da vida em geral, como a água e o ar, quanto recursos de grande importância específica para a vida econômica da espécie humana. Alimentos, medicamentos, cosméticos, defensivos agrícolas resultam da ‘domesticação’ de processos naturais pelos homens, aos quais estes atribuem valores de uso e de troca. Tem sido assim no passado e, acredita-se, deverá ser assim no futuro.

Recentemente, no entanto, a biodiversidade e as condições de vida em geral têm sido ameaçadas por fatores associados ao desenvolvimento da espécie humana. Pelas pressões resultantes do seu estilo e escala de produção, consumo e distribuição. Estilo industrial baseado no uso intensivo de recursos naturais; escala de produção e consumo gigantesca, muitas vezes superior ao atendimento das necessidades básicas da humanidade; distribuição ineqüânime, da qual resulta grande concentração espacial e social no uso dos recursos naturais. Agregue-se a isso tudo o excessivo crescimento demográfico e os padrões de concentração espacial desse grupo.

Do ponto de vista da biodiversidade esses processos significam interferências externas na dinâmica natural das espécies e ecossistemas, causadoras de perdas não-espontâneas de elementos da grande rede de vida do planeta. Hoje, essas ameaças são tão graves que justificaram a sua inclusão na lista dos grandes problemas ambientais globais, da qual também fazem parte a mudança climática, a perda da camada de ozônio e a degradação das águas internacionais.

Ante essas ameaças a conservação das reservas de biodiversidade do planeta passa a ser objeto de esforço conjunto da humanidade, através da proposta de adoção de uma Convenção da Diversidade Biológica, além da criação do Fundo Ambiental Global (GEF), que detém recursos financeiros para apoiar iniciativas voltadas para estes fins. Trata-se de conservar reservas de recursos biológicos que, deixadas à sua sorte, estariam cada vez mais próximas de serem transformadas apenas em valores de troca pelos homens. No entanto, essas reservas precisam ser conservadas por ambas as suas contribuições: tanto pelo seu valor biológico quanto pelo seu valor econômico. Justamente para que possam continuar garantindo a possibilidade de vida no planeta bem como uma crescente qualidade de vida material à espécie humana.

Manter essas duas funções em equilíbrio torna-se portanto o grande desafio da agenda da conservação da biodiversidade planetária. Sendo também a essência do desafio do desenvolvimento sustentável.

Para o Brasil esta é uma questão de especial importância, já que aqui se encontram, estimadamente, entre 10 a 20% das reservas de biodiversidade do planeta. Para fazer frente ao desafio de equilibrar a conservação com o uso sustentável da biodiversidade, o Brasil solicitou e obteve recursos financeiros do Fundo Ambiental Global (GEF), na forma de uma doação no valor de US\$ 20 milhões, cuja gestão conta com a supervisão do Banco Mundial (BIRD).

Esses recursos financeiros deveriam ser utilizados para que fosse instalado no país um fundo patrimonial, com 15 anos de prazo, atuando fora do aparato estatal, com o objetivo de apoiar projetos demonstrativos da possibilidade de envolvimento conjunto de diferentes agentes e segmentos sociais, governamentais e não-governamentais, em iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Queria-se também que as ações deste Fundo fossem, em especial, demonstrativas da possibilidade do envolvimento do setor privado com esses objetivos, bem como da possibilidade de impactos sociais positivos, tais como a geração de trabalho e renda para as populações locais envolvidas com a implementação dos projetos apoiados. Para cumprir com este programa propôs-se a criação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Dentre as condições estabelecidas para que fosse possível a doação de recursos para o FUNBIO incluía-se a definição de um formato institucional que lhe fosse adequado. Consideradas algumas alternativas, optou-se por abrigá-lo em uma instituição já existente, contando-se com as vantagens, inclusive tributárias, oferecidas pela instituição hospedeira. Uma comissão constituída pelo Ministério do Meio Ambiente para avaliar as alternativas institucionais disponíveis considerou as condições dos pretendentes a hospedar o fundo e decidiu a favor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o Conselho Deliberativo instalado em outubro de 1995, a Secretaria Executiva operando desde abril de 1996, convocando e selecionando projetos para apoio financeiro desde 1997, o FUNBIO dedicou-se em 1998 principalmente ao estudo e avaliação de seu ambiente de operações e à tarefa de propor instrumentos de ação que tanto atendessem as suas necessidades de captação de recursos financeiros quanto permitissem a proposição de programas inovadores de fomento que viabilizassem a ocupação de espaços e o aproveitamento de oportunidades detectadas nestes exercícios.

Sobre essas ações, realizadas em 1998, concentra-se o presente Relatório.

A Biodiversidade em 1998

A diversidade biológica do planeta está sendo perdida a uma taxa sem precedentes na história da humanidade. Cientistas prevêem que, caso se mantenham as taxas atuais, a Terra perderá 20% das espécies vivas até o ano 2020. Um passo marcante para o enfrentamento dessa crise foi dado em 1992 com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa Conferência deu origem, entre outras, a duas convenções internacionais centradas em problemas ambientais globais - A Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Mais de 170 países já aderiram à Convenção da Diversidade Biológica. A ratificação dessa Convenção colocou em marcha um processo de longo prazo, a partir do compromisso assumido pelos governos signatários de adotar medidas para frear a deterioração progressiva da biodiversidade em nível global. Em maio de 1998, dando seguimento às discussões para implementação dessa Convenção, realizou-se a IV Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (COP4), em Bratislava, Eslováquia.

Dentre os temas de destaque da reunião de maio esteve a implementação do artigo 8(j) que trata do respeito, preservação e manutenção dos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas, bem como da repartição justa e eqüitativa dos benefícios oriundos de sua utilização. Apesar das divergências existentes entre os países signatários sobre a questão, a reunião obteve como avanço a criação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um programa visando a implementação do artigo 8 e demais artigos relacionados ao tema.

No mesmo espírito, realizou-se em Buenos Aires, em novembro de 1998, a IV Conferência sobre a Convenção de Mudanças Climáticas. Esta teve como foco a definição de mecanismos para a implementação do Protocolo de Kioto, assinado em dezembro de 1997. Através desse Protocolo os países desenvolvidos comprometeram-se a reduzir até 2010 as emissões de gases causadores do chamado efeito estufa em uma média de 5,2% abaixo dos níveis de 1990. A dificuldade de obtenção de consenso, contudo, impediu maiores avanços na definição das formas para pôr em prática o compromisso firmado.

Os principais impasses deram-se em torno da questão dos cortes voluntários de emissões por parte dos países pobres e das regras que irão regular o funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM). Apesar disso foi aprovada proposta que estabeleceu um prazo de dois anos para que os países industrializados adotem mecanismos para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, incluindo a regulamentação das regras do CDM, do comércio internacional de cotas de emissão de gases e o tratamento a ser dado ao projeto piloto de ações conjuntas. A adoção de medidas rápidas para desacelerar o aquecimento global é essencial para evitar as crescentes

catástrofes, como a do furacão Mitch que matou cerca de 11 mil pessoas na América Central no final de 1998.

O terceiro evento da agenda multilateral de negociações a ser destacado em 1998 refere-se à realização, no mês de agosto, em Genebra, da segunda seção do Fórum Intergovernamental de Florestas(IFF-2). Constituído sob a égide da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, este Fórum teve como objetivo dar continuidade ao diálogo entre governos sobre política florestal, iniciado na Rio 92. Suas metas são promover a implementação das propostas de ação do Painel Intergovernamental de Florestas; desenvolver acordos internacionais e mecanismos para fomentar o manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável de florestas; monitorar os progressos atingidos. As negociações nesta segunda seção concentraram-se no tema do comércio e meio ambiente e, apesar de não ter sido possível alcançar posições consensuais, foram introduzidos na agenda tópicos relevantes como a necessidade de definição de uma perspectiva de longo prazo para o manejo sustentável de florestas.

O fortalecimento do bom manejo florestal, como instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável das florestas, foi outra tendência observada ao longo do ano de 1998. Levantamento divulgado pelo WWF mostra que mais de 10 milhões de hectares de florestas em todo o mundo foram certificados apenas pelo selo verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC). O Brasil figura em sexto lugar, com 384.000 hectares de florestas certificadas pelo FSC, o que indica que a certificação também vem crescendo junto ao setor empresarial brasileiro. Este busca não apenas garantir ou ampliar seu acesso ao mercado internacional, como também usufruir dos benefícios intangíveis, como o fortalecimento da imagem institucional. O avanço da certificação, contudo, não se restringe à área de produtos florestais. Abrange setores diversos, como a agroindústria e o setor têxtil.

A questão florestal também teve destaque na agenda do Banco Mundial, que anunciou uma nova política para o setor. Esta política estabeleceu duas principais metas a serem alcançadas até 2005: a proteção integral de 50 milhões de florestas naturais de alta diversidade biológica e o manejo sustentável de 200 milhões de hectares de florestas naturais. No Brasil o Banco Mundial firmou parceria com o Governo e a WWF para viabilizar a criação e a implementação de áreas protegidas numa extensão de 25 milhões de hectares da floresta amazônica, que representa 30% das florestas tropicais remanescentes no mundo.

Em parte esse acordo surgiu a partir das preocupações que emergiram com a divulgação de dados pelo INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no mês de janeiro de 1998, que mostravam o avanço significativo do processo de desmatamento na Amazônia Legal, nos últimos anos. As projeções efetuadas pelo mesmo Instituto para as chamadas áreas críticas apontaram, infelizmente, para uma aceleração dessa tendência. A ameaça colocada sobre a biodiversidade face a esse quadro, agravou-se ainda pela ocorrência do maior incêndio já ocorrido na região Norte do país, que destruiu cerca de 45.000 km² de savanas e florestas do Estado de Roraima. Dados publicados pelo Proarco (Programa de Prevenção e

Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais do Arco do Desflorestamento), sinalizaram ainda para um crescimento dos focos de incêndio na Amazônia e em todo o país. Em termos da Mata Atlântica a situação também se agravou. Estudo divulgado pelo INPE, SOS Mata Atlântica e Instituto Socioambiental revela a destruição de 500 mil hectares no período 1990/95, o que reduz as estimativas da área remanescente de Mata Atlântica para cerca de 7,5% da área original.

Na esfera do legislativo brasileiro, em fevereiro de 1998 foi sancionada a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605) que dá bases legais mais sólidas para a ação fiscalizadora do Ibama. Com a nova lei passam a ser juridicamente fixadas sanções administrativas tais como: multas; destruição, suspensão de venda e fabricação de produtos ilegais; embargo de obras e atividades. Estão previstas ainda a perda de incentivos fiscais, a suspensão de linhas de financiamento oficiais e a restrição de contratação com a administração pública. Além das sanções a lei inova ao prever a possibilidade de substituição de penas de prisão pela prestação de serviços à comunidade. O Ibama, contudo, ainda espera a regulamentação da lei pelo Governo Federal para que possa dar início à aplicação das punições previstas.

Finalmente cabe destacar, no ano de 1998, a iniciativa do Governo Federal de encaminhar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.751 que regulamenta o acesso ao patrimônio genético nacional, o uso do conhecimento tradicional associado e a repartição dos ganhos decorrentes de sua exploração econômica. Pela proposta governamental o patrimônio genético nacional passa a integrar os bens da União, cabendo ao Estado controlar o acesso, o uso e a repartição dos benefícios decorrentes desse uso. A apresentação da proposta ocorre quatro anos após a ratificação da adesão do Brasil à Convenção sobre Diversidade Biológica e num momento de divulgação de diversas denúncias da prática de biopirataria no país. Essa proposta irá se somar a outras duas que já tramitam no Congresso - o PL 306, apresentado pela senadora Marina da Silva e o PL 4.579 do deputado federal Jacques Wagner.

Gestão

O FUNBIO é composto por um Conselho Deliberativo e uma Secretaria Executiva. Ao Conselho cabem, autonomamente, as decisões e a definição de políticas gerais e prioridades. É auxiliado pela Secretaria Executiva cuja função é desenvolver as principais atividades de coordenação, gerência e execução.

O Conselho é formado por lideranças provenientes de diferentes segmentos envolvidos na questão da biodiversidade no Brasil, buscando garantir representatividade e transparência a suas ações. É constituído por 16 membros, além dos respectivos suplentes, representando informalmente os interesses das seguintes instituições:

- Empresas privadas (4)
- Organizações não-governamentais ambientalistas (4)
- Instituições acadêmicas (4)
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (2)
- Fundação Getulio Vargas (2)

Considerações com respeito à representação geográfica e de gênero são levadas em conta na composição do Conselho, embora a principal ênfase seja dada à capacidade dos indivíduos em contribuir significativamente para os objetivos do FUNBIO.

Os membros iniciais do Conselho Deliberativo foram selecionados pelo MMA e pela FGV, após consultas aos diferentes setores representados: organizações não-governamentais, acadêmicos e empresários.

Conselho Deliberativo

Roberto Konder Bornhausen • UNIBANCO
Presidente

Jean Marc von der Weid • AS-PTA
Vice-Presidente

Membros Vogais

ACADÊMICO

Ângelo Barbosa Monteiro Machado • UFMG
Benjamin Gilbert • FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Miguel Petrere Jr. • UNESP
Virgílio Maurício Viana • ESALQ - SP

AMBIENTALISTA

Garo Batmanian • WWF/Brasil
Gustavo Alberto Bouchardet da Fonseca • CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL
Ibsen de Gusmão Câmara • FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
Jean Marc von der Weid • AS-PTA

EMPRESARIAL

Guilherme Frering • CAEMI MINERAÇÃO E METALURGIA
José Luiz Magalhães Neto • GRUPO BELGO-MINEIRA
Roberto Cezar de Andrade • BRASCAN
Roberto Konder Bornhausen • UNIBANCO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Aspásia Camargo • FGV
Samuel Arie Dan Biller • FGV

GOVERNAMENTAL

Braulio Ferreira de Souza Dias • MMA
Haroldo Mattos de Lemos • MMA

Membros Suplentes

ACADÊMICO

Carlos Augusto Klink • UNB
Darrel Posey • UFMA
Maria Angélica Figueiredo • UFCE
Warwick Estevam Kerr • UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

AMBIENTALISTA

Adriano Campolina • CUT
José Adalberto de Oliveira Veríssimo • INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE
Niéde Guidon • FUND. MUSEU DO HOMEM AMERICANO
Muriel Saragoussi • FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

EMPRESARIAL

Carlos Affonso de Aguiar Teixeira • PETROBRÁS
Carlos Roberto Ortiz Nascimento • BANCO REAL
Manoel de Freitas • CHAMPION PAPEL E CELULOSE
Maurício José Lima Reis • CIA. VALE DO RIO DOCE

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Ignez Guatimosin Vidigal Lopes • FGV
José Affonso Fausto Barbosa • FGV

GOVERNAMENTAL

Lidio Coradin • MMA
Ricardo Soavinski • IBAMA

Secretaria Executiva

Pedro W. Leitão

Diretor Executivo

Arminda Campos

Coordenação de Fomento

Maria Clara Couto Soares

Coordenação de Estudos

Hugo Barsanti

Coordenação de Controle

Claudia Esquioga

Secretaria

Projetos Apoiados • Edital 96/97

NOVOS MERCADOS PARA A BORRACHA ECOLÓGICA DA AMAZÔNIA.

Executor • Cooperativa Mista dos Extrativistas do Rio Iratapuru COMARU.

Duração prevista • 24 meses

Início • dezembro/97

Localização • Amapá

Objetivos • estabelecimento de infra-estrutura e capacitação de integrantes da cooperativa para extração de látex de seringueiras nativas e produção e venda de folha clara brasileira, de forma sustentável, a fim de criar fonte adicional de renda para a comunidade local e, assim, diminuir riscos de ação predatória sobre a biodiversidade da região.

Atividades realizadas • implantação de infra-estrutura para a coleta do látex, para a produção da borracha e para o transporte do produto. Os cooperados receberam treinamento em extração e armazenamento do látex e na operação da usina de produção de borracha. A usina encontra-se em fase de operação experimental, com avaliação da qualidade das amostras produzidas, visando aperfeiçoar o processo. Dificuldades decorrentes de problemas climáticos e logísticos provocaram atraso em sua realização

INVENTÁRIO DOS RECURSOS FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA: A EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS, SEUS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS ATUAIS E POTENCIALIDADES DE MANEJO SUSTENTÁVEL.

Executor • Fundação SOS-Mata Atlântica e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Duração prevista • 24 meses

Início • janeiro/98

Objetivos • elaboração de um inventário, nos estados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, dos recursos florestais cuja exploração tenha impacto econômico representativo, em âmbito local ou regional. Abrangerá ainda uma avaliação da forma de exploração atual e das potencialidades do manejo sustentável desses recursos para a conservação da biodiversidade do bioma, a divulgação de experiências bem sucedidas de manejo e a identificação de áreas que devam ser protegidas como reservas genéticas nacionais.

Atividades realizadas • levantamentos preliminares, questionários e entrevistas, a fim de identificar as espécies florestais de maior importância sócio-econômica da Mata Atlântica, que passaram a ser o foco da pesquisa, e as áreas para estudo de caso nas três regiões da Reserva da Biosfera. Início das pesquisas de campo que identificarão os diversos tipos de dados a serem sintetizados no inventário e documentos auxiliares.

PROJETO PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ECOSISTEMAS RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN).

Executor • Associação Brasileira para Conservação das Aves e Divisão de Conservação de Ecossistemas do Ibama.

Duração prevista • 24 meses

Início • agosto/98

Objetivos • organizar seminários para capacitar técnicos envolvidos no programa RPPN do Ibama e para apontar dificuldades e estrangulamentos encontrados em sua implementação. Elaborar documentos conceituais, informativos, metodológicos e orientadores do Programa e produzir material informativo do conceito de RPPN e dos procedimentos para seu estabelecimento.

Atividades realizadas • levantamento das experiências bem sucedidas de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, para servirem de referência. Organização de seminário para a capacitação de técnicos e a discussão dos problemas encontrados na criação e implementação das reservas bem como o levantamento de sugestões para aperfeiçoar o programa. Com os dados recolhidos começou-se a elaborar e redigir os manuais e outros documentos, voltados para funcionários envolvidos no programa e proprietários interessados em criar reservas particulares.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Executor • Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Duração prevista • 24 meses

Início • janeiro/98

Localização • Paraná

Objetivos • dotar a Reserva Particular de Salto Morato de infra-estrutura para a realização de cursos de curta duração com o objetivo de capacitação e aperfeiçoamento técnico. Realizar cursos, estágios para recém-graduados e universitários e oficinas de artesanato. Iniciar um programa de divulgação e extensão do projeto para empresários e o público em geral.

Atividades realizadas • construção e instalação de equipamentos do Centro de Capacitação Técnica, com alojamentos e locais de estudo para 24 pessoas. Foram planejados, divulgados e realizados cinco cursos de capacitação em temas ligados à proteção da biodiversidade, para técnicos do Governo e ong's, com 116 participantes no total; e duas oficinas de artesanato para membros da comunidade. Iniciou-se o programa de divulgação da Reserva e do Centro de Excelência.

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DA PESCA NO MÉDIO AMAZONAS.

Executor • Instituto Amazônico do Manejo Sustentável dos Recursos Naturais - IARA.

Duração • 24 meses

Início • dezembro/97

Objetivos • multiplicar e melhorar a qualidade das organizações comunitárias ligadas à exploração de recursos pesqueiros nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos. Aumentar a representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros no sistema de gestão participativa da pesca, assim como a capacidade gerencial das instituições ligadas à sua administração, contribuindo para o estabelecimento de um sistema interinstitucional de monitoramento da pesca que possibilite a diminuição da exploração predatória da diversidade biológica dos rios e lagoas da região.

Atividades realizadas • divulgação dos mecanismos de legalização das associações, através de rádio, imprensa escrita e de atendimento direto ao público, no escritório do Instituto. Elaboração, edição e distribuição de cartilha sobre o tema. Promoção de encontros de sensibilização para questões como a organização associativa e a atuação em sistemas de gestão participativa; cursos de capacitação de lideranças comunitárias em legalização de associações, questões organizacionais e interlocução (137 lideranças de 66 comunidades), com a elaboração e produção das respectivas cartilhas, e cursos de planejamento estratégico para técnicos das prefeituras de Monte Alegre e Óbidos. Promoção de dois Fóruns Municipais de Pesca que resultaram na elaboração de propostas para o ordenamento da atividade na região. Além disso foi iniciado o cadastramento das embarcações pesqueiras e a coleta e armazenamento de dados sobre as embarcações e as espécies pescadas.

LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS DEMERSAIS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA - COSTA SUL (CABO DE SÃO TOMÉ AO ARROIO CHUÍ).

Executor • Fundação Universidade de São Paulo e Ibama.

Duração prevista • 12 meses

Início • agosto/98

Objetivos • aquisição de vários tipos de equipamentos, a serem instalados em meios flutuantes e laboratórios, de forma a permitir a realização de pesquisas compreendidas no projeto REVIZEE, na região da costa sul. Dentre os objetivos dessas pesquisas estão: o mapeamento do relevo submarino, de modo a poder estabelecer correlações entre a ocorrência das principais espécies e as condições ambientais dominantes; levantamento dos recursos pesqueiros demersais, avaliando as abundâncias relativas, potenciais de captura, distribuição espacial e sazonalidades; análise das variáveis geológicas e oceanográficas e dos fenômenos ou indicadores do processo de produção biológica associados à produtividade da pesca; aprimoramento de técnicas de captura em fundos arrastáveis.

Atividades realizadas • compra e instalação de parte dos equipamentos e início das expedições de pesquisa.

DETENDO A EROSÃO GENÉTICA NA AGRICULTURA: RESGATE, CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTADO DE VARIEDADES TRADICIONAIS POR COMUNIDADES DE PEQUENOS PRODUTORES.

Executor • Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar - AS-PTA.

Duração • 32 meses

Início • maio/98

Localização • Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Paraíba

Objetivos • resgate, caracterização e avaliação de materiais de milho, feijão e mandioca, conservação de materiais em bancos de sementes ou diretamente *on farm*, reintrodução de variedades conservadas no banco de germoplasma do CENARGEN. Inclui ainda a multiplicação e o melhoramento de variedades locais de milho, feijão e mandioca. A realização dessas atividades e a sistematização de seus resultados servirão como base para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de metodologias participativas para a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos na agricultura, assim como para a formulação de propostas de políticas públicas que favoreçam a generalização dessas experiências.

Atividades realizadas • cursos de capacitação de técnicos e agricultores para o resgate e a caracterização de variedades locais, com a edição de cartilhas para cursos similares. Levantamento, localização, resgate e pré-caracterização de materiais e início da caracterização dos mesmos, bem como a implantação de ensaios e campos de conservação *on farm* e a manutenção de bancos de conservação.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTADO DOS RECURSOS NATURAIS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ.

Executor • Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO.

Duração prevista • 36 meses

Início • dezembro/97

Localização • Paraná

Objetivos • realizar diagnósticos participativos ambientais em grupos de agricultores familiares da região (municípios próximos a Guarapuava) e seleção de grupos a serem trabalhados como unidades de validação. Capacitar (através de planejamentos, cursos, reuniões técnicas) famílias das unidades de validação e agricultores de outros grupos vinculados a entidades parceiras em temas relacionados à conservação da diversidade biológica agrícola e a práticas de agroecologia. Capacitar a equipe do projeto, coordenadores de grupos e lideranças, através de cursos e eventos técnicos. Implementar atividades de conservação e uso sustentado de recursos naturais pelos grupos das unidades de validação.

Atividades realizadas • diagnósticos participativos ambientais que serviram de base para as demais atividades. Promoção de cursos sobre agroecologia, manejo agroecológico de solos, conservação e cultivo de plantas medicinais, plantio em

curvas de nível e fruticultura. Análises de solo, plantio e cultivo de espécies de adubação verde de inverno, em diferentes sistemas. Das atividades ligadas diretamente à conservação foram realizados: o planejamento do resgate e cultivo de variedades crioulas tradicionalmente cultivadas; a produção de sementes de culturas de feijão, milho e arroz; o plantio de mudas de espécies florestais e frutíferas. Foi também publicado um número do Jornal da Agroecologia divulgando resultados do projeto e promovido um encontro regional para discutir a criação da Rede Regional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.

Executor • Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS.

Duração • 8 meses

Início • dezembro/97

Localização • Rio de Janeiro

Objetivos • diagnosticar, através de diferentes estudos e pesquisas, a situação do Parque Nacional do Itatiaia - população do entorno, características naturais, atividades comerciais etc. - e identificar os entraves que limitaram a implantação de planos visando a proteção do parque. O diagnóstico ajudará a estabelecer as condições e metodologias para um programa de gestão do parque. Serão ainda formulados um programa de educação ambiental, um plano de uso público e um programa de capacitação de recursos humanos para os profissionais do parque. O projeto inclui ainda a criação e desenvolvimento de um banco de dados e a elaboração de um website para divulgá-lo.

Atividades realizadas • início dos estudos a serem tomados como base para a formulação do programa de gestão participativa, com a caracterização da população do parque e de seu entorno, suas demandas e expectativas, a identificação de atividades desenvolvidas, o mapeamento de áreas potenciais para uso público e a definição de atividades e normas de uso comum. Workshop realizado em novembro discutiu, com especialistas e outros interessados, os resultados obtidos até aquele momento e a formulação do programa de gestão. Foi elaborado o website (www.parque do itatiaia.com.br), que divulga as propostas para a gestão do parque e definido o programa de capacitação profissional da equipe de funcionários.

PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA PARA O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA.

Executor • Instituto de Estudos da Religião – ISER.

Duração • 12 meses

Início • maio/98

Localização • Rio de Janeiro

Objetivos • propor um modelo de gestão participativa para o Parque Nacional da Tijuca fundamentado em estudos e pesquisas, através do levantamento de atividades de uso público, patrimônio de interesse histórico e cultural, serviços explorados por terceiros, identificação de equipamento e infra-estrutura. Realizar análise de diferentes categorias de unidades de conservação e de experiências

recentes de administração, parcerias e co-gestão. Estudar a situação fundiária e de ocupação do parque e áreas de entorno, sua situação jurídica e administrativa, aspectos econômicos e financeiros e possibilidades de parceria.

Atividades realizadas • levantamento de atividades de uso público, inventário do patrimônio de interesse histórico e cultural, identificação de serviços explorados por terceiros, equipamento e infra-estrutura, análise de diferentes categorias de unidades de conservação e de experiências recentes de administração, parcerias e co-gestão. Foram iniciados os estudos sobre a situação fundiária e de ocupação do parque e áreas de entorno, sua situação jurídica e administrativa, aspectos econômicos e financeiros e sobre possibilidades de parceria na gestão. Foi realizado um workshop reunindo a equipe do parque, técnicos administrativos e outros especialistas, para criticar e discutir os resultados das pesquisas obtidos até aquele momento, de forma a definir a forma de realização do restante do projeto.

Novas Linhas de Fomento

Em 1998 foram desenvolvidos, no FUNBIO, dois novos mecanismos de fomento, inovadores em sua concepção e objetivos.

O primeiro deles, a constituição de Fundos de Parceria, integra os objetivos de captação de recursos e de apoio a projetos, ao mesmo tempo em que estimula sinergias entre o FUNBIO e outras entidades que desenvolvem ações de conservação e uso sustentável da diversidade biológica no país. Através dos Fundos de Parceria instituições do setor público ou privado, com objetivos e atividades afins, realizam aportes financeiros ao FUNBIO, que, por sua vez, aporta recursos próprios para que, juntos, apoiem projetos de interesse comum. Trata-se assim de uma operação em que todos ganham: o parceiro doador eleva o valor dos seus recursos e o FUNBIO capta os recursos do GEF que lhe estão destinados, bem como dá prosseguimento a sua ação de fomento. As responsabilidades pela escolha, monitoramento e avaliação de projetos, bem como sobre os custos de operação, são negociados caso a caso e definidos de comum acordo pelas partes.

Definidos o caráter, objetivos, áreas temáticas e critérios de seleção para esse mecanismo de fomento, foi lançado, em outubro de 1998, o Edital de Chamada para Formação de Fundos de Parceria. Aliado ao lançamento do Edital, o FUNBIO adotou um papel pró-ativo no estímulo à composição desses Fundos, apresentando a proposta à entidades de potencial interesse para o desenvolvimento de atividades conjuntas, incluindo outros mecanismos financeiros ambientais, instituições governamentais de financiamento, empresas, fundações e organizações não-governamentais. Um dos alvos dessa iniciativa foi a busca de uma maior participação do setor produtivo nacional no desenvolvimento de projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, oferecendo como estímulo a parceria com o FUNBIO e alertando-o, por um lado, para o valor e potencial dos recursos biológicos do país e, por outro, para sua responsabilidade na preservação da área territorial nacional que conjuga a maior diversidade biológica do planeta.

Além da concepção dos Fundos de Parceria o FUNBIO avançou durante o ano de 1998 na identificação de nichos de atuação capazes de gerar um impacto diferencial e positivo para a biodiversidade, elevando a eficácia da utilização de seus recursos. Com base na análise dos resultados de sua experiência de fomento anterior (Edital 1996/97) e em estudos desenvolvidos ao longo do ano - que incluíram a análise da ação de fomento de outros mecanismos financeiros ambientais -, verificou-se que uma das atuais lacunas no financiamento a projetos na área da biodiversidade encontra-se na carência de instrumentos financeiros que auxiliem no crescimento de empreendimentos de uso sustentável já existentes e produtivos. Segundo o diagnóstico realizado, os obstáculos a esse crescimento devem-se principalmente: i) ao limitado conhecimento sobre o mercado de atuação e à falta de estratégias de comercialização da produção; ii) à inexistência de planos de negócios, análises de risco e de potencial de retorno dos projetos; iii)

à baixa capacidade de gestão administrativa, iv) à pouca atenção dada à qualidade, ao volume requerido e à periodicidade da oferta dos produtos, que em geral não atendem aos requisitos do mercado. Adicionalmente, as experiências existentes indicavam claramente a necessidade de uma abordagem diferenciada no que diz respeito às formas de seleção e apoio a projetos de uso sustentável da biodiversidade, quando comparados aos procedimentos de avaliação de projetos de conservação.

Como forma de intervir nesse quadro o FUNBIO criou uma Linha de Apoio ao Desenvolvimento de Planos de Negócios. Esta visa possibilitar a realização de uma análise detalhada dos estrangulamentos existentes em empreendimentos de uso sustentável da biodiversidade já em curso, como também o desenvolvimento de uma estratégia de negócios para os mesmos. A partir desse trabalho espera-se, por um lado, evitar problemas verificados com freqüência no apoio a projetos de uso sustentável, decorrentes de sua formulação incompleta e/ou inadequada. Por outro, ao possibilitar a elaboração de uma proposta de financiamento pautada em uma análise de necessidades e oportunidades, espera-se ampliar as possibilidades desses empreendimentos obterem apoio financeiro junto a fontes de crédito públicas e privadas, hoje dificilmente acessível aos mesmos.

A Linha de Apoio para o Desenvolvimento de Planos de Negócios tem como alvo cooperativas de produção, micro, pequenas e médias empresas, organizações familiares ou comunitárias, bem como outras organizações voltadas para a produção de bens e serviços oriundos do uso sustentável da biodiversidade. Em outubro de 1998 foram disponibilizados 250 mil dólares para a implementação de sua fase experimental. De forma a contribuir para a manutenção do capital principal do FUNBIO e permitir a extensão do benefício ao maior número possível de usuários, essa modalidade de fomento prevê o resarcimento ao FUNBIO dos recursos despendidos com a elaboração do plano de negócios, desde que o mesmo venha posteriormente a ser objeto de financiamento.

Perspectivas

Para o FUNBIO o ano de 1998 representou um momento de passagem entre uma primeira experiência de fomento a projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, caracterizada por uma atitude receptiva, voltada para o atendimento das motivações dos seus usuários, e uma segunda vivência, orientada para o alcance de objetivos estratégicos de seu próprio interesse. O ano de 1998 foi assim de formulação e planejamento de novos cursos de ação.

Para aquele período foram então estabelecidos os seguintes objetivos: a busca de nichos específicos de atuação; a concepção de uma estratégia de captação de recursos; a busca de sustentabilidade financeira e a definição de uma metodologia participativa de acompanhamento e avaliação de projetos.

A procura de nichos específicos de fomento foi realizada através de um estudo das demais fontes financeiras afins em operação no país, tendo resultado na criação de uma linha de apoio a planos de negócios para projetos de uso sustentável já em andamento. A captação de recursos foi encaminhada através do lançamento de um edital de convocação de fundos de parceria que, ao final do ano de 1998, com o prazo de recebimento de propostas ainda não encerrado, já apresentava perspectivas promissoras, fazendo crer que a meta de captação de US\$ 5 milhões poderá ser alcançada. A sustentabilidade financeira de longo prazo está sendo paulatinamente construída, tanto através do resarcimento dos custos de elaboração dos planos de negócios, quanto da negociação de uma participação mais vantajosa para o FUNBIO na composição dos fundos de parceria. Já a definição de uma metodologia participativa de avaliação, esta teve que esperar o desenvolvimento dos projetos apoiados para que pudesse ser testada. De modo geral, foram encaminhados, senão alcançados, os objetivos de transição propostos para 1998.

Por consequência, o ano de 1999 deve caracterizar-se pelo compromisso com a execução dos programas concebidos no ano passado. Trata-se de novos objetivos, programas, normas e procedimentos que deverão ser submetidos diretamente ao teste da realidade, sem a possibilidade de ensaios probatórios.

1999 é ainda o ano para o qual está prevista a realização da “revisão de meio de projeto” exigida contratualmente pelo Banco Mundial. Através deste exercício será conduzida uma detalhada avaliação do projeto, negociado originalmente pelo Governo brasileiro e o Banco, incluindo uma revisão dos seus conceitos e supostos, dos meios disponibilizados e das condições de sua execução. Serão também avaliadas, sob uma ótica multicritério, as suas principais realizações. Tudo isso visando produzir ajustes de curso, voltados para a obtenção de maior eficiência na utilização de seus recursos e maior eficácia nas suas ações.

No entanto, além dessas práticas já anunciadas, decorrentes de compromissos anteriores, surgiu no horizonte dois novos elementos que também deverão

deixar suas marcas em 1999. Trata-se de novidades de naturezas diversas: uma programática e outra institucional.

A novidade programática tem a ver com o desafio de buscar um foco mais fino para as ações do FUNBIO de apoio à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

No que diz respeito à conservação, essa busca implicaria a identificação de situações causadoras de ameaças ou diretamente deflagradoras de processos de extinção de recursos biológicos. Ante esses casos, caberia ao FUNBIO desenvolver planos de ação que contemplassem desde iniciativas de pesquisa e análise científicas, voltadas para a geração de conhecimento e informações, até a identificação, desenvolvimento ou promoção de métodos e práticas de manejo sustentável que, juntos, garantissem uma intervenção ampla e combinada, capaz de prevenir, mitigar ou de reverter os quadros de ameaça identificados. Caberia ao FUNBIO promover a execução desses planos de ação, alavancando parcerias interessadas nas diferentes frentes de trabalho neles propostas.

No que diz respeito ao uso sustentável, caberia identificar algumas questões ou temas considerados prioritários e merecedoras de apoio financeiro. Exemplos dessas situações seriam o ecoturismo, a certificação, a bioprospecção, os recursos pesqueiros, o extrativismo, os produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, dentre outros. Para cada um desses temas caberia identificar os aspectos de maior interesse para a intervenção do FUNBIO e a melhor e mais efetiva forma de fazê-lo, inclusive, sempre contemplando a possibilidade de buscar parceiros interessados em juntar esforços para promovê-los.

A outra novidade, de ordem institucional, relaciona-se com o pleito apresentado ao Banco Mundial pela Fundação Getulio Vargas, no último mês do ano, solicitando a revisão dos termos do contrato de hospedagem do FUNBIO. Também a FGV deseja aproveitar o momento de transição para rever seus direitos e obrigações, definindo com maior precisão a natureza e os custos dos serviços de hospedagem institucional que presta, defendendo a necessidade de sua atualização. Este é um processo que poderá desenvolver-se com tranquilidade e sem surpresas, mas que poderá também apontar caminhos não previstos, capazes de reorientar a direção e o ritmo em que evolui o processo institucional do FUNBIO.

De qualquer maneira, 1999 promete ser o ano em que o FUNBIO poderá consolidar um novo perfil institucional e em que poderá desenvolver uma nova e criativa agenda de trabalho. Com certeza será um ano ativo, com possibilidade de significativas realizações.

Pedro Leitão
Diretor Executivo